







A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA E AS FRENTES PIONEIRAS: OBSERVAÇÕES SOBRE O SUL DO AMAZONAS¹

Fredson Bernardino Araújo da Silva²

 <https://orcid.org/0000-0002-1897-2655>
 <http://lattes.cnpq.br/9459601231133410>

Kamila de Oliveira Craveira³

 <https://orcid.org/0000-0002-5323-0163>
 <http://lattes.cnpq.br/9454221565551664>

Resumo

Neste artigo, a partir da formação socioespacial brasileira, objetiva-se investigar o desenvolvimento das frentes pioneiras do sul do estado do Amazonas, explorando as interações regionais e nacionais. Propõe-se uma análise diacrônica das frentes pioneiras, considerando sua relação com a formação socioespacial, baseada em revisão bibliográfica. Conclui-se que as frentes pioneiras são a manifestação da sociedade em movimento e o espaço sua reprodução, fato que se desdobra em transformações significativas que são historicamente hegemônicas pelo capital (externo) sobre a região. Sinalizam-se em três grandes momentos. Em 1890, na colonização, destaca-se o papel das frentes pioneiras na exploração da borracha e da castanha, a migração nordestina e a violência da exploração impostas pelo Estado e pelo capitalismo colonialista aos povos originários e aos trabalhadores. Em 1940, na urbanização, tem, em parte, nas frentes pioneiras como motor e resultante das transformações socioeconômicas da industrialização da época, acirrando conflitos e fazendo ascender a segregação. Em 1990, na interiorização noroeste, desde essa década, sendo mobilizadas especialmente pelo grande capital, sobretudo no setor agropecuário; dando base para compreender a faixa pioneira nos dias atuais, culminando na incorporação de áreas como o sul do Amazonas.

Palavras-chave: frente pioneira; sul do Amazonas; formação socioespacial; Amazônia.

BRAZILIAN SOCIO-SPATIAL FORMATION AND PIONEER FRONTS: OBSERVATIONS ON THE SOUTH OF THE AMAZON

Abstract

In this article, based on Brazilian socio-spatial formation, the objective is to investigate the development of pioneering fronts in the south of the state of Amazonas, exploring regional and national interactions. A diachronic analysis of the pioneering fronts is proposed, considering their relationship with socio-spatial formation, based on a bibliographical review. It is concluded that the pioneering fronts are the manifestation of society in movement and space its reproduction, a fact that unfolds in significant transformations that are historically hegemoned by (external) capital over the region.

¹ O presente texto deriva de palestra ministrada no âmbito da “Mesa 2 - Sul do Amazonas, nova fronteira agrícola?” realizada no dia 16 de outubro de 2023 no contexto do evento “Amazônia Estranha: eventos extremos, mudanças climáticas e dinâmicas socioambientais”. <https://www.even3.com.br/amazonia-estranha-eventos-extremos-mudancas-climaticas-e-dinamicas-socioambientais-400106/>

² Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), bolsista FAPEAM. E-mail: fbernardino1997@gmail.com.

³ Doutoranda em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: kamilacraveira@usp.br.



They are signaled in three major moments. In 1890, during colonization, the role of pioneering fronts in the exploitation of rubber and nuts, northeastern migration and the violence of exploitation imposed by the State and colonialist capitalism on original peoples and workers stands out. In 1940, in urbanization, it was, in part, on the pioneering fronts as a driver and result of the socioeconomic transformations of the industrialization of the time, intensifying conflicts and increasing segregation. In 1990, in the northwest interiorization, since that decade, being mobilized especially by big capital, especially in the agricultural sector; provided a basis for understanding the pioneering region today, culminating in the incorporation of areas such as the south of Amazonas.

Keywords: pioneer front; southern Amazonas; socio-spatial formation; Amazon.

Introdução

A Amazônia, normalmente lembrada por vastas florestas e rios sinuosos, é um campo de complexos processos socioespaciais e tem apresentado transformações significativas nas últimas décadas. As chamadas frentes pioneiras desempenham um papel crucial nesse cenário, moldando a paisagem, a economia e a vida das comunidades locais. Neste texto, exploramos a importância dessas frentes e os desafios em sua compreensão, especialmente no que se refere a relação dos vetores e das redes geográficas mobilizadas pela dinâmica pioneira.

Para tanto, o recorte espacial do sul do Amazonas se demonstra como um dos mais fecundos da Amazônia em termos de transformações tanto aceleradas quanto intensas na reestruturação do espaço. Dentre os conteúdos socioespaciais dessa alteração mais recente, conforme Castro de Jesus *et al.* (2023a), destaca-se i) uma intensificação da dinâmica econômica, com ênfase no aumento da circulação de cargas agropecuárias; ii) as cidades de Lábrea, Apuí e, principalmente, Humaitá, têm se consolidado numa rede urbana que, cada vez mais, guarda maior vinculação com as frentes pioneiras; iii) articulação regional com a escala nacional via modernização do território, tendo no sistema rodoviário suas principais interações; iv) e, de acordo com Costa Silva (2024), é possível notar uma ascensão do desmatamento, a invasão de áreas protegidas, os conflitos agrários e territoriais e a desterritorialização dos povos originários e comunidades tradicionais, expressões de violência e ilegalidade.

Visando relacionar esses pontos com a formação socioespacial brasileira, este artigo tem como objetivo investigar o desenvolvimento das frentes pioneiras do sul do Amazonas, explorando as interações regionais e nacionais. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, a construção do entendimento e as análises foram possíveis mediante levantamento bibliográfico, que destacou alguns termos-chave que funcionaram como direcionadores da discussão: frentes pioneiras, formação socioespacial, sul do Amazonas, fixos e fluxos. O material cartográfico presentemente analisado é oriundo de levantamento bibliográfico.

A estrutura do trabalho se divide em quatro seções. Inicialmente, procura-se relacionar diacronicamente as frentes pioneiras na formação socioespacial, pontuando de maneira introdutória o desenvolvimento do trabalho em três momentos subsequentes de análise. Posteriormente, aborda-se as frentes



pioneiras no contexto da colonização, de ilhas produtivas de pouca interação entre si e os movimentos de migração para o interior da Amazônia. As frentes pioneiras na urbanização que fazem emergir um novo perfil socioespacial de acirramento de conflitos. E a tendência da interiorização noroeste, momento das frentes pioneiras que são a base para a faixa pioneira brasileira atual.

Os três momentos das frentes pioneiras no Brasil e a formação socioespacial como plano de fundo

As frentes pioneiras no Brasil são uma parte importante da história territorial do país, existindo desde a chegada dos europeus. Elas representam a primeira onda de pessoas que se estabeleceram em novas áreas, muitas vezes impulsionadas por atividades econômicas específicas, como a agricultura ou a extração de recursos. A expansão dessas frentes começou nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde o café e a pecuária eram as principais atividades desenvolvidas. A partir da década de 60, a Amazônia também se tornou um foco desses estudos, devido aos programas de colonização pública (THALÊS; POCCARD-CHAPUIS, 2014).

Nesse contexto de formação socioespacial, a atuação das frentes pioneiras enquanto processo da organização espacial, faz ascender novas funções e arranjos espaciais, fatos que também estão associados à dinâmica das instâncias jurídico-política e ideológica. Na Amazônia, por exemplo, a exploração da borracha e as políticas territoriais desempenharam papéis fundamentais, havendo maior ou menor participação do Estado. Essa diacronia foi marcada por várias fases pioneiras, sendo o sul do Amazonas uma porção territorial atualmente inserida nesse contexto (Figura 01).

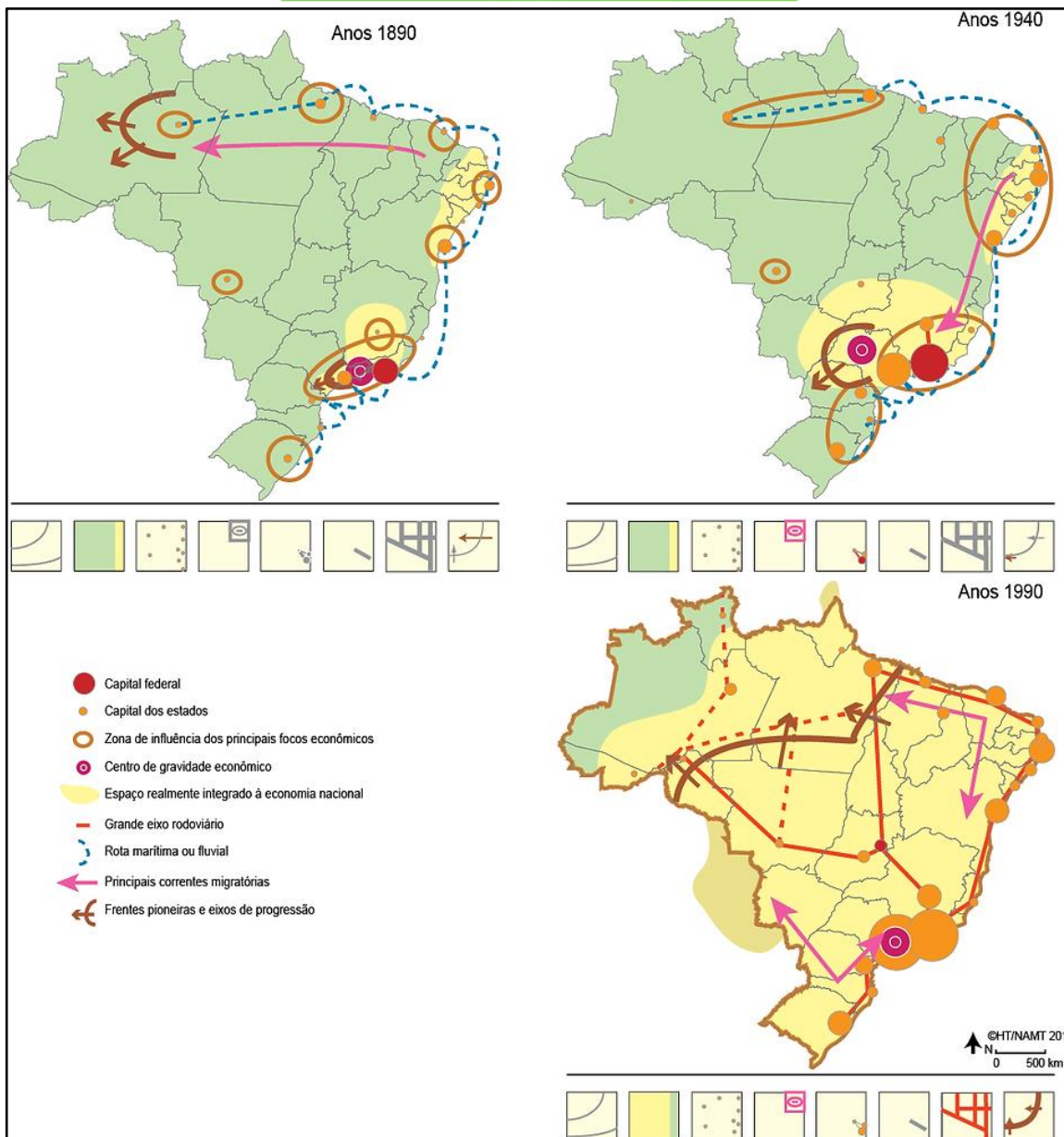


Figura 1: Mapa das frentes pioneiras e formação socioespacial (1890-1990). Fonte: THÉRY e MELLO-THÉRY (2005).

As frentes pioneiras se efetivam de maneira paulatina no espaço, sendo caracterizadas de maneira distintas no decorrer da formação socioespacial. Até o século XX, é possível verificar três grandes períodos para o caso brasileiro: colonização (1890), urbanização (1940) e interiorização noroeste (1990). Nas seções subsequentes, pretende-se desenvolver uma descrição da atuação das frentes pioneiras em diálogo com a formação socioespacial, além de observações pontuais sobre o caso do sul do Amazonas nesses contextos.

Colonização: do arquipélago socioespacial a migração na Amazônia

Em 1890, durante as décadas finais da colonização brasileira (séc. XVI a séc. XIX), o sul do Amazonas não consta como um dos espaços de integração



econômica nacional, em que a ocorrência desta característica se limitava a alguns fragmentos da faixa litorânea. Neste período, a Amazônia, de maneira geral, estava desarticulada internamente (via continente) da economia praticada daquela que é historicamente a região concentrada (meio-sul) do Brasil.

A região amazônica do final do século XIX limitava-se a um conjunto de ilhas socioespaciais de restrita capacidade de dinamização econômica, basicamente as zonas de influência mais direta das capitais estaduais da época, Manaus e Belém⁴, onde o isolamento interurbano era rompido exclusivamente por vias fluviais. Mostra-se ainda uma evidente relação dialética entre as instâncias espacial e econômica, questão que pode ser desdobrada pela densidade técnica e populacional (PRADO JR., 2011), entre outros elementos espaciais, condicionados pelo modo de vida urbano em diálogo com a primazia produtiva do que se pode denominar de primeiro “pico” e auge (1879-1910) do Ciclo da Borracha (1879-1945).

Em complemento, de maneira geral, a colonização praticada na Amazônia brasileira mostrou maior estagnação, se comparada com o restante do território nacional⁵. Sobre isso, assinala Prado Jr. (1981, p. 22) que essa dinâmica heterogênea se deve a não substituição da mão de obra que outras regiões presenciaram, em que se traça um perfil da população indígena da Amazônia brasileira: “seu número era relativamente pequeno; doutro, o índio brasileiro, saindo de uma civilização muito primitiva, não podia adaptar-se com a necessária rapidez ao sistema e padrões de uma cultura tão superior à sua, como era aquela que lhe traziam os brancos”. Principalmente as ideias de “indígena primitivo” e “branco de padrões superiores” está fora do lugar e da contemporaneidade por não apresentarem base sociológica de fundamento⁶. Para além disso, o conflito entre a sociedade capitalista (externa) e a sociedade preexistente (local) se torna tema central para entender os caminhos da formação socioespacial da Amazônia e, por consequência, do sul do Amazonas. Nesse período, outro fato importante é o deslocamento migratório que a Amazônia foi alvo, especialmente oriundo da região Nordeste. Esse aumento demográfico consolidou as frentes pioneiras na região, dinâmica mobilizada sobretudo em função de reunir uma mão de obra (não-indígena) para o extrativismo. Inclusive se desdobrando espaço-temporalmente no sentido jusante-montante do rio Amazonas e nas margens de seus afluentes, uma vez

⁴ Não se considera que o atual estado do Maranhão compartilhe da mesma formação socioespacial da Amazônia clássica.

⁵ Elementos dessa discussão podem se tornar polêmicos, contudo, considera-se à reflexão da formação socioespacial brasileira que: “A evolução brasileira, de simples colônia tropical para nação, tão difícil e dolorosa, e cujo processo, mesmo em nossos dias, ainda não se completou, seria lá muito retardada. A Amazônia ficou, neste sentido, muito atrás das demais regiões ocupadas e colonizadas do território brasileiro” (PRADO JR., 1981, p. 52).

⁶ A fala do autor se torna problemática nos dias atuais, sobretudo considerando seu olhar externo à sociedade amazônica e principalmente a fração indígena, porém, é notável a resistência dos povos indígenas brasileiros, que, apesar das pressões externas, têm mantido e adaptado suas próprias formas de vida, cultura e conexões com a terra, demonstrando uma agência própria frente aos desafios impostos pelos avanços do capitalismo (colonial e outros), por exemplo, na resiliência à dinâmica capitalista de estabelecer uma aceleração dos tempos centrada no valor de troca.



que gradualmente eram visadas mais áreas à exploração. Essa onda migratória e a conseqüente miscigenação são possivelmente os principais responsáveis pelos elementos ideológicos na constituição do homem amazônida. No sul do Amazonas, o contexto dos anos 1890, apresenta indícios de frentes pioneiras, mas de maneira rarefeita e pouco (ou nada) articulada nacionalmente, o que se resume por “Criação e intensificação dos fluxos fluviais com a expansão da coleta da borracha e castanha” (CASTRO DE JESUS *et al.*, 2023b, p. 6).

É importante salientar que a atuação das frentes pioneiras é aqui abordada, em último caso, sob uma crítica ao processo socioespacial, no sentido de acentuar e/ou criar uma série de contradições que reverberam na totalidade social. A colonização da Amazônia foi um processo de violência e exploração imposta pelo Estado português e, posteriormente, pelo Estado brasileiro, aos povos originários e aos trabalhadores que foram levados para a região. As frentes pioneiras foram mobilizadas pelo capitalismo colonialista, que buscava a apropriação de recursos naturais, a expansão de mercados e a acumulação de riquezas, com poucas preocupações sobre as condições materiais da população residente. Além disso, verifica-se o acirramento dos conflitos de classes sociais na sociedade amazônica, fato que não se limitou à dimensão intrarregional. Esses conflitos expressavam as lutas pela terra, por melhores condições de trabalho, pela autonomia na representação política em detrimento do lucro via exploração por uma minoria (REZENDE, 2006; ALENCAR, 2013; HERRERA, 2019).

A colonização também gerou transformações e diferenciações nas formações sociais da Amazônia, que não podem ser vistas de forma linear ou homogênea. Sobre isso, Tavares (2011) pontua que as missões religiosas, as atividades econômicas e as identidades culturais foram elementos dinâmicos e complexos que configuraram a região. Portanto, a relação entre frentes pioneiras e formação socioespacial na fase da colonização propiciou uma estruturação espacial de enclaves pouco articulados entre si, mas que foram importantes para a gestão do território. O Ciclo da Borracha foi um dinâmica central para desenvolvimento desses processos, inclusive sendo o principal fator de crescimento urbano, populacional e econômico, promovendo a migração para a Amazônia nessa fase (CORRÊA, 1987).

Um último ponto caro à formação socioespacial na fase da colonização é a ação colonial que mobilizou sistemas de objetos, variante ao longo do tempo, quase que exclusivamente para viabilizar a exploração econômica da colônia, o que Holanda (2016) denominou da prática do “semeador” característica da Coroa Portuguesa. Neste sentido, a ação colonizadora portuguesa sobre o espaço pode ser caracterizada por uma atividade que não estava preocupada em desenvolver uma modernização do território na colônia, por exemplo, na infraestrutura urbanística, sendo a ênfase dada na atividade de extração de riquezas em detrimento de afirmar uma integração com a metrópole colonial. Quadro que difere da prática colonial do “ladrilhador” executada pela Coroa Espanhola também na América Latina. Na Amazônia, no que se refere aos sistema de objetos, a “semeadura” não foi diferente, onde a colonização legou



não muito mais que algumas vilas e aglomerados menores ao longo dos rios, com baixíssimo valor de urbanismo (infraestrutura urbanística, planejamento de arruamento e etc.), muitas vezes com alguma associação com fortes (fortalezas, fortins, etc.) que serviram ao controle territorial e de centro de comando para a atividade extrativista.

Urbanização: um novo perfil socioespacial de acirramento

Já nos anos 1940, quando o Brasil passava por um processo de urbanização intenso, particularmente vinculado com a industrialização, as frentes pioneiras também apresentaram uma ligação direta com a formação socioespacial brasileira. Isso se desdobrou em aumento demográfico, em geral, e mais significativo, dos trabalhadores industriais urbanos (FURTADO, 2003). Em 1940, de acordo com Martins e Krillow (2015), a população brasileira estava dividida entre 74,75% dos habitantes morando em zonas rurais e 25,24% ocupando as cidades. E, nos vinte anos subsequentes (1940-1960), ainda conforme os autores, o número de habitantes no Brasil cresceu 70%, sendo notável a acelerada urbanização; em 1960, as cifras seriam de 55,32% de habitantes de áreas rurais e 44,77% em áreas urbanas, em meados dessa mesma década haveria uma virada demográfica no Brasil, de um país rural-agrário para um novo sistema urbano-industrial.

A rápida urbanização do século XX trouxe consigo uma série de desafios complexos, moldando o cenário das cidades de forma profunda e multifacetada. Entre esses desafios, destaca-se a segregação espacial das classes sociais, um fenômeno que se consolidou ao longo do tempo. Nas cidades, arbitrariedades e interesses diversos delinearam bairros e áreas distintas, criando um cenário de desigualdade cada vez mais acentuada. A valorização do solo urbano, por sua vez, exerceu um papel crucial nesse processo. À medida que o solo se tornava um ativo altamente cobiçado, a população pobre foi empurrada para a marginalização, para as áreas periféricas, onde a infraestrutura, os serviços públicos e as oportunidades eram escassos (DEGRANDI e SILVEIRA, 2011; TEIXEIRA e RIBEIRO, 2016).

Conforme o mapa (Figura 01), do momento de colonização para a urbanização, houve um crescimento das atividades produtivas, onde as zonas econômicas se expandiram consideravelmente na Amazônia. Essa dinâmica foi importante o suficiente de modo a estabelecer uma maior integração no intermédio dos dois principais centros dessa macrorregião, as atuais Manaus e Belém. Em muitos sentidos, esse quadro da década de 1940 é resultado das frentes pioneiras animadas pelo segundo “pico” (1941-1945), menos intenso que o primeiro, do Ciclo da Borracha que, por sua vez, é explicado pela ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). É importante ressaltar que essa conexão estabelecida neste recorte espacial somente foi possível pela formação socioespacial até então colocada, isto é, não se trata exclusivamente da economia determinando o espaço, pois o inverso também se mostra verdadeiro, sobretudo por meio das formas espaciais e pelos conteúdos técnicos já instalados.



Nesse contexto espaço-temporal das frentes pioneiras do Brasil, o sul do Amazonas se manteve um espaço marginal, em boa medida alheio de interações mais importantes às dinâmicas nacionais. Em contrapartida, é importante ressaltar que esse momento esteve filiado a um período que marcou a região pela “Construção das rodovias na Amazônia e instalação de grandes projetos governamentais e privados na região. Rompimento da primazia dos deslocamentos fluviais. Expansão das frentes pioneiras acompanhando os percursos rodoviários construídos” (CASTRO DE JESUS, 2023b, p. 6). Um discurso geopolítico constituído na segurança nacional, onde a criação dessa rede de circulação possibilitaria integrar e exercer um domínio sobre o Brasil setentrional. Ou seja, as frentes pioneiras na região, a partir de então, não dependiam exclusivamente da rede fluvial como no passado, viabilizando novas áreas a sua atuação, por exemplo, para além do sistema de várzea.

Portanto, a formação socioespacial, a urbanização e as frentes pioneiras nos anos 1940 (e pelo menos até as duas décadas subsequentes) estão intrinsecamente ligadas, correlação intermediada através do processo de industrialização e das transformações socioeconômicas que trouxeram consigo, fatos verificados durante sua ocorrência por Monbeig (1984). A urbanização não apenas alterou a distribuição da população entre áreas rurais e urbanas, mas também moldou a estrutura socioespacial das cidades, levando a desigualdades e segregação socioespacial.

Interiorização noroeste: gênese da faixa pioneira do Brasil contemporâneo

No cenário dos anos 1990, quando o Brasil vivenciou profundas transformações socioeconômicas, as frentes pioneiras emergiram como protagonistas desse processo. Aqui, a tendência principal desse processo é uma interiorização no sentido noroeste do Brasil. Primeiro, a ideia de “interiorização” que se está aludindo serve para enfatizar a descentralização do Brasil litorâneo, fato que se desenvolveu como sob forte condução do Estado brasileiro em articulação com corporações privadas e públicas.

As rotas migratórias, antes tímidas, agora se entrecruzam, conectando mais regiões distantes do meio-sul brasileiro (Figura 01). Os centros de gravidade econômica se expandem, refletindo novas dinâmicas de produção, circulação e consumo. E, como plano de fundo, a formação socioespacial emerge como a chave para compreender como diferentes grupos se apropriam do território, moldando-o conforme suas necessidades e interesses, neste caso, como já sugerido, destaca-se duas principais agências: Estado e capital.

O primeiro, via políticas territoriais, promoveu uma série de objetos técnicos (hidrelétricas, rodovias, assentamentos, etc.) em prol da integração nacional de regiões como a Amazônia. Já desde a década de 1960, essa reestruturação do espaço esteve imbricada com o grande capital, mais uma vez, acirrando a relação entre forças econômicas externas e remodelando os sistemas locais preexistentes, por exemplo, por meio da apropriação e atuação de grandes donos de produção e grandes latifundiários. Contudo, por volta dos anos 1990, o Estado brasileiro se mostra menos interventor, fruto da aplicação de ideias



neoliberais (PORTUGAL e SILVA, p. 54), havendo uma ascensão gradual da hegemonia do capital via corporações privadas no que diz respeito à remodelação dos espaços, por exemplo, com a criação ou “reativação” de núcleos urbanos na Amazônia em função da mineração (OLIVEIRA, 2000).

As frentes pioneiras da década de 1990 estão marcadas por três principais vetores (Figura 01). O primeiro deles se consolidou da região Nordeste para a Amazônia, no sentido leste-oeste, principalmente do Maranhão e Tocantins para o Pará, particularmente na região dos Carajás, sob forte influência da mineração. O segundo vetor se confunde com eixo rodoviário da Cuiabá-Santarém (BR-163), que começou a ser construída em 1970, e posteriormente inaugurada em 1976, interligando o Mato Grosso com o Pará, no sentido sul-norte; essa base técnica, os deslocamentos populacionais e a mudança na paisagem apresentadas nessa área apresentam forte ligação com o escoamento de produtos agrícolas, sobretudo a soja, para exportação. O terceiro vetor distinguível se dá, de maneira mais destacável, do norte de Rondônia para o sul do Amazonas e parte do oeste do Acre. Esses três vetores podem ser considerados as bases para a faixa pioneira do Brasil na atualidade (Figura 02).

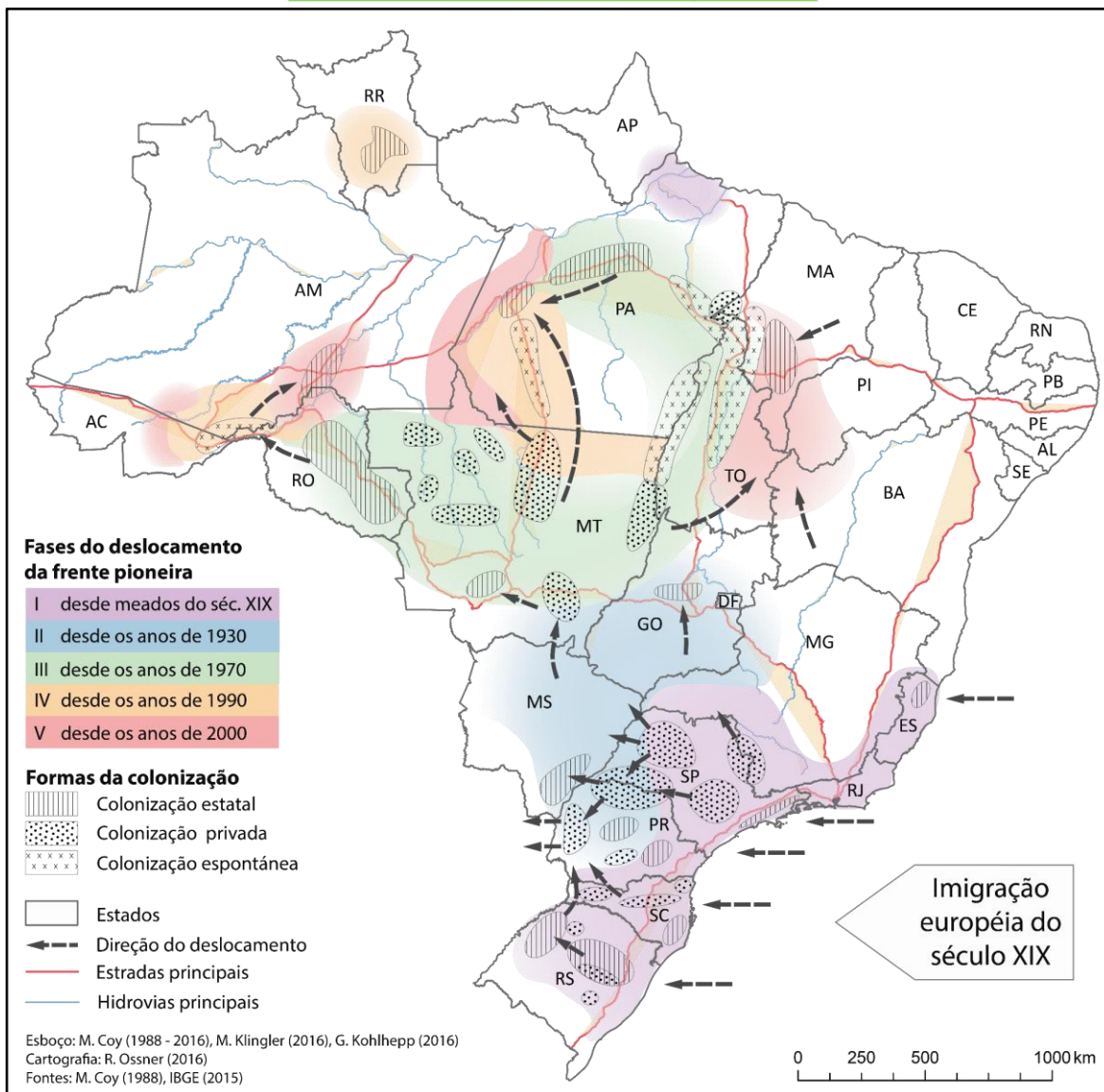


Figura 2. Mapa das fases de deslocamento da frente pioneira no Brasil entre o século XIX e a década de 2000. Fonte: Coy *et al.* (2017).

Assim, a partir da descrição dos três vetores das frentes pioneiras na interiorização nos anos 1990 (Figura 01), reflete-se sobre sua conexão com a faixa pioneira do presente. O primeiro vetor, em contato com a borda oeste da Amazônia, poderia ser interpretado como a origem da zona pioneira atualmente consolidada, conhecida como Matopiba⁷, muito associada à produção de soja. O segundo vetor, relacionado ao setor central da Amazônia, anteriormente mais vinculado com a circulação de grãos do Centro-Oeste; hodiernamente, é uma zona pioneira que apresenta também uma forte articulação com a produção, na porção do Mato Grosso, onde predomina a soja, e no oeste do Pará, há uma considerável expansão da pecuária. O terceiro vetor, na área sul-ocidental da Amazônia, destacou-se na década de 90 pelo desmatamento seguindo os eixos

⁷ Acrônimo das iniciais dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, referindo-se a delimitação zonal correspondente a junção de 337 municípios localizados em porções específicas de cada estado.



rodoviários, com ênfase na BR-364, que conectou esse fragmento territorial, particularmente Acre e Rondônia, com a região concentrada e mais dinâmica economicamente do país; no momento atual, há uma zona pioneira que manifesta a tendência de crescimento da agropecuária de áreas já consolidadas em direção ao coração ecológico da Amazônia, no estado do Amazonas, tendo considerável associação da BR-319 nessa dinâmica.

Vale ressaltar que o estado do Amazonas abriga a maior porção da floresta amazônica do ponto de vista político-administrativo entre estados/províncias da Pan-Amazônia. A mesorregião sul do estado também possui uma importante centralidade na frente pioneira que, considerando os limites da região da Amacro⁸, possui a maior área de vegetação nativa, em contraposição às porções de Acre e Rondônia, que são consideradas áreas já consolidadas, onde a vegetação nativa foi destruída para dar lugar às atividades ligadas à agropecuária. Neste sentido, a Amacro se apresenta como a principal zona pioneira em atividade na Amazônia, sendo o trecho do sul do Amazonas o de maior intensidade de alterações, inclusive no que se refere à ocorrência de ilegalidades agroambientais (COSTA SILVA, 2024).

Também é nesta região do sul do Amazonas que cresce a abertura de vicinais/ramais, ou seja, onde estradas não oficiais são abertas como via de acesso a outras áreas mais remotas, onde há maior disponibilidade de matéria para exploração como a madeira, seja para extração seletiva das espécies de alto valor econômico, seja para transformação em carvão vegetal. São justamente a partir dessas estradas que novos desmatamentos e práticas de queima são efetivadas de modo que a cobertura e o uso do solo sejam transformados.

Assim, há um par de difícil separação empírica entre expansão territorial e ocupação econômica. Por exemplo, a abertura das rodovias Transamazônica (BR-230) e Manaus-Porto Velho (BR-319) desempenhou um papel fundamental na expansão territorial (ocupação propriamente dita) do sul do Amazonas. Essas vias permitiram o acesso a áreas antes inacessíveis, possibilitando a implementação de atividades como pecuária, mineração e agricultura. A ocupação dessas terras influenciou não apenas a paisagem, mas também a economia local.

Então, conforme os mapas (Figuras 01 e 02), é a partir dos anos 1990, num período marcado pela interiorização ao noroeste brasileiro, que o sul do Amazonas apresenta, de maneira mais substancial, sua relação com as frentes pioneiras nacionais, conseqüentemente, essa relação gradualmente vem transformando esse espaço até então essencialmente marginal.

A formação socioespacial, processo mais amplo que as frentes pioneiras, é entendida como um processo permanente de transformações, condicionado por tensões, conflitos, cooperação e solidariedade entre os diferentes atores que usam o território, enfim, uma totalidade (SANTOS, 1977). No caso das frentes pioneiras da Amazônia, é possível identificar uma dupla ação estatal, em dados

⁸ Acrônimo das iniciais dos estados de Amazonas, Acre e Rondônia, referindo-se a delimitação zonal correspondente a junção de 32 municípios localizados em porções específicas de cada estado.



momentos o Estado estimula a ocupação e ativação econômica, isto é, as frentes pioneiras, e, contraditoriamente, cria uma série de aparatos territoriais para barrar a expansão dessas atividades, tais como delimitação de Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Esses dois conjuntos de ações correm em paralelo, podendo ser interpretadas como uma face da luta de classes no seio da burocracia do Estado, criando e perpetuando uma configuração territorial que está ligada à totalidade da formação socioespacial brasileira.

Isto posto, existe um princípio de totalidade no sul do Amazonas, filiado à formação socioespacial do Brasil. A partir das frentes pioneiras, identifica-se momentos diferentes em que a morfologia, a divisão territorial do trabalho, a periodização e as redes geográficas mudam em quantidade e qualidade, porém, continuam a estabelecer a mesma formação social. Com variação de intensidade ao longo do tempo, as mudanças de “Tais funções se realizam onde as condições de instalação se apresentam como melhores” (SANTOS, 2020, p. 116), entendimento sobre o qual se deve ressaltar que os lugares centralizam as funções (e suas mudanças), mas é no global que manifesta a dimensão estrutural, sendo ambos conectados. Nesse sentido, este ensaio reúne as mudanças funcionais correlacionadas às frentes pioneiras e dos lugares na totalização da formação socioespacial de modo a responder à diacronia da totalidade social.

Considerações Finais

Visando uma abordagem diacrônica sobre o sul do Amazonas no contexto da formação socioespacial, fez-se uso do conceito de frentes pioneiras que, a partir das décadas de 1930/40, ganhou destaque na bibliografia como parte do processo de expansão territorial e ocupação de novas áreas. Essas frentes representavam a chegada da agência econômica, jurídico-política e ideológica a regiões até então pouco exploradas, sobretudo pelo grande capital (inter) nacional, impulsionando mudanças na estrutura e dinâmica do espaço geográfico. Não obstante, ao dialogar com o conceito de formação socioespacial, proposto por Milton Santos, destacou-se que essas frentes pioneiras não são apenas movimentos isolados de ocupação, mas sim processos históricos e espaciais complexos. A formação socioespacial nos permite compreender como diferentes atores utilizam e se apropriam do território, revelando contradições e possibilidades de desenvolvimento regional. Assim, as frentes pioneiras são mais do que simples avanços territoriais; são expressões das relações socioespaciais que moldam o espaço ao longo do tempo. Particularmente sobre o sul do Amazonas, é possível afirmar que é somente a partir da década de 1990 que essa região é inserida de maneira mais substancial na estrutura espacial brasileira no que se refere à atuação das frentes pioneiras.

Na Amazônia, não excetuando o sul do Amazonas, nota-se uma vinculação direta entre frentes pioneiras, sistema rodoviário e desmatamento. Neste sentido, os segmentos rodoviários (oficiais e não oficiais), na prática, são “condutores” principais da expansão das frentes pioneiras, tendo no desmatamento um dos seus indícios mais característicos. Além disso, é importante mencionar que as frentes pioneiras atuam de modo gradual, que alteram a paisagem, não somente, fazem emergir mudanças nos conteúdos



espaciais num processo que mobiliza uma série de objetos e ações, de forma a se fazer presente tanto no campo como na cidade, resultando na transformação do sentido da relação sociedade-espço, normalmente impondo a lógica do capital.

Por fim, as frentes pioneiras na Amazônia são a manifestação da sociedade em movimento e as redes geográficas sua reprodução, fato que, como no passado, dá-se sob a égide do capital, tendo, no período presente, uma característica de intensa vinculação com o capital agropecuário.

Agradecimentos

O artigo é resultado de projeto de pesquisa apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

A proposta de sistematização das ideias foi estimulada pela Comissão Organizadora do evento "Amazônia Estranha: eventos extremos, mudanças climáticas e dinâmicas socioambientais" por meio de convite à palestra.

Referências

ALENCAR, Bruno Rodrigo O. Resenha - Conflitos e a formação da Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, 8 (1), abr., 2013. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/4LSZYCL5k7J4bWBfBGNPPDL/>>. Acesso em 7 fev. 2024.

CASTRO DE JESUS, A. B.; OLIVEIRA NETO, T.; BERNARDINO, Fredson A. S. Rede urbana e frentes pioneiras no sul do Amazonas: rodovias Transamazônica (BR-230) e Manaus-Porto Velho (BR-319). **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 108, p. 132–148, 2023a. Disponível: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/2864>>. Acesso em 15 fev. 2024.

CASTRO DE JESUS, A. B.; OLIVEIRA NETO, Thiago; BERNARDINO, Fredson A. S. Periodização da rede urbana na faixa pioneira amazônica: os casos do sul do Amazonas e no oeste do Acre. **BOCA- Boletim de Conjuntura**, Ano V, Volume 15, Nº44, Boa Vista, 2023b. Disponível: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1848/786>>. Acesso em 15 fev. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. **RBG**, Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, p. 1 a 164, jul./set., 1987.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Agrobandidagem e a expansão da fronteira na Amazônia Sul-Occidental. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Ipea, Brasília, n. 36, jan., 2024, pp. 45-58. Disponível: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12778/1/BAPI_36_Book.pdf>. Acesso em 10 fev. 2024.



COY, Martin; KLINGER, Michael; KOHLHEPP, Gerd. De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico. **Confins**, n. 30, 2017. Disponível: <<https://journals.openedition.org/confins/11683?lang=pt>>. Acesso em 9 fev. 2024.

DEGRANDI, José O.; SILVEIRA, Rogério Leandro L. O conceito de formação socioespacial e sua potencialidade analítica e metodológica para a compreensão do desenvolvimento. In: **V Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul - RS, 17-19 ago. 2011. Disponível: <<https://www.unisc.br/site/sidr/2011/textos/98.pdf>>. Acesso em 8 fev. 2024

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

HERRERA, Remy. A colonização vista por Marx: para além de alguns mal entendidos. **Argumentum**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 42–55, 2019. Disponível: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21385>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARTINS, Luis Carlos P.; KRILOW, Letícia S. W. Cidades em transformação: industrialização, urbanização e imprensa nos anos 50. In: **I Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade**, Porto Alegre, 9-11 mar. 2015. Disponível: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8427/2/Cidades_em_Transformacao_Industrializacao_Urbanizacao_e_imprensa_nos_anos_50.pdf>. Acesso em 10 fev. 2024.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10276/1/HistoriaPolitRegioBrasil.pdf>>. Acesso em 9 fev. 2024.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da



Universidade de São Paulo, 2006. Disponível: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-123916/pt-br.php>>. Acesso em 9 fev. 2024.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 54, p. 81-100, 1977. Disponível: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>>. Acesso em 16 fev. 2024.

TAVARES, M. G. da C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 107-121, 2011. Disponível: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74209>>. Acesso em 13 fev. 2024.

TEIXEIRA, Alison N.; RIBEIRO, Mária Bruna P. A urbanização brasileira: reflexões acerca da segregação socioespacial. In: **XVIII ENG**, São Luís - MA, 24-30 jul. 2016. Disponível: <https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468292073_ARQUIVO_Artigo-ENG_TEIXEIRA_RIBEIRO_Final.pdf>. Acesso em 8 fev. 2024.

THALÊS, Marcelo; POCCARD-CHAPUIS, René. Dinâmica espaço-temporal das frentes pioneiras no Estado do Pará. **Confins**, n. 22, 2014. Disponível: <<https://journals.openedition.org/confins/9860?lang=pt>>. Acesso em 9 fev. 2024.

Recebido em: 18/01/2024

Aprovado em: 24/02/2024

Publicado em: 09/03/2024